

A MONOCULTURA DA SOJA NO SUL DO MARANHÃO: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS*

*José de Jesus Sousa Lemos***

RESUMO

Nos últimos anos, sobretudo a partir do início da década de noventa, observa-se uma mudança de perfil na agricultura maranhense localizada no Pólo Sul do estado. Ali, mediante a adoção de fortes incentivos por parte do Governo Maranhense, traduzidos na forma de renúncia fiscal e pela criação de infra-estrutura com recurso orçamentários provenientes do setor público, vem se expandindo de forma espetacular a monocultura da soja. Este fato pode ser constatado através de uma avaliação da estrutura de produção das principais lavouras temporárias registradas nos Censos Agropecuários do Maranhão a partir dos anos setenta. Por estes documentos, observa-se que apenas a partir de 1985 passou a haver o registro de ocorrência de áreas com soja, da magnitude de 7.189 hectares que produziram 8.089 toneladas, portanto com uma produtividade da terra da ordem de 1,11 toneladas por hectare. Em 1995 foi registrada uma produção de soja da ordem de 135,12 mil toneladas, em uma área de 62,36 mil hectares, portanto com uma produtividade da terra da magnitude de 2.168 kg/hectare (TABELA 1).

No período compreendido entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1995/96, as áreas com arroz oscilaram entre os 482,27 mil hectares de 1970 e os 409,85 mil hectares registrados em 1996, tendo o pico de área com a lavoura de arroz sido alcançado em 1980 (737,75 mil hectares). Neste mesmo lapso de tempo, as áreas com feijão, mandioca e milho, oscilaram de 74,77 mil a 63,29 mil (feijão); 154,15 mil a 107,49 mil (mandioca); e 360,77 mil a 287,79 mil (milho). Estes resultados podem ser conferidos na Tabela 1. Portanto, observa-se um declínio na área com todas as lavouras temporárias tradicionais, e um acréscimo substancial das áreas cultivadas com soja no estado.

TABELA 1: Áreas Ocupadas e Produção das Principais Lavouras Temporárias do Maranhão entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1996.

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO		SOJA	
	Produção (Ton.)	Área (HA)	Produção (Ton.)	Área (HA)	Produção (Ton.)	Área (HA)	Produção (Ton.)	Área (HA)	Produção (Ton.)	Área (HA)
1970	650.852	482.271	22.351	74.774	817.187	154.145	136.045	360.769
1975	894.165	614.974	21.929	53.645	920.522	140.373	147.329	358.436
1980	1.026.084	737.753	30.402	91.289	781.846	110.650	163.617	416.541
1985	779.322	636.219	25.744	79.891	807.107	148.736	209.138	431.215	8.089	7.189
1995/96	561.255	409.848	19.818	63.292	584.731	107.489	178.364	287.793	135.123	62.326

Fontes dos Dados Brutos: Censos Agropecuários do Maranhão de 1970 a 1995/96.

De acordo com o informativo do Balanço Anual – 1997 do Maranhão, a área com soja expandiu-se para 130 mil hectares na safra de 1997, num salto quantitativo bastante significativo. A produção total de soja, segundo registro daquela documento, atingiu 194,8 mil toneladas na safra 1996/97 com uma produtividade da terra da ordem de

aproximadamente 1,50 toneladas por hectare, portanto menor do que a registrada pelo Censo Agropecuário do Maranhão para 1996.

Este projeto de expansão, que resulta de uma prioridade que tem todos os ingredientes para ser equivocada, recebe um reforço adicional do Governo do Estado, materializado por ações junto a organizações como BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, EMBRAPA, SUDAM e SUDENE, no sentido de que sejam priorizados os projetos voltados para a região sul maranhense. O estado está cumprindo a sua parte, viabilizando a conclusão da infra-estrutura necessária, como por exemplo, a construção de ramais da Ferrovia Norte-Sul do estreito de Balsas. Além dessas ações está promovendo a modernização do Porto de Itaqui, realizando a recuperação e a manutenção de rodovias federais que atendem àquela artéria, realizando a complementação do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como fazendo a modernização dos sistemas de transmissão de dados e de informações. Para justificar as ações a Governadora do estado manifestou-se da seguinte maneira:

“São projetos muito importantes para a região que, com certeza, vão contribuir, num futuro próximo, para a redução das desigualdades regionais hoje existentes no Brasil.” (Gazeta Mercantil, 22/4/1999).

Segundo o Gerente de Planejamento do estado do Maranhão, o atual Governo investiu somente na região Sul do estado, mais de R\$100,00 milhões, em obras de energia, saneamento básico, recuperação e asfaltamento de estradas, dentre outros investimentos. (Gazeta Mercantil, 22/04/99).

A expansão de áreas com monoculturas traz problemas a qualquer ecossistema, na medida em que retira a cobertura vegetal original e a substitui total ou parcialmente, por imensas áreas com algumas ou mesmo com uma única cultura. Concomitantemente à descaracterização da paisagem natural, haverá a impactação sobre a fauna silvestre nativa, que perderá as condições do seu habitat natural. As imensas áreas com monoculturas viabilizam o surgimento de pragas e doenças, que antes não se manifestavam, ou se manifestavam em proporções desprezíveis, face à biodiversidade que mantinha o sistema em equilíbrio, graças à multiplicidade de espécies e de predadores naturais, que desaparecem junto com a eliminação da diversidade da paisagem. O surgimento dessas pragas e doenças, por sua vez, fomenta a utilização maciça de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, nematicidas, ou praguicidas em geral) que impactam o restante da fauna (e da flora) remanescentes. Estas práticas, obviamente eliminam as pragas, mas eliminam também os predadores naturais dessas pragas. Vale ressaltar que o uso continuado de determinado pesticida, faz com que as pragas criem mecanismos de resistência. Este fato, associado com a eliminação dos predadores naturais, propicia o recrudescimento destas pragas e doenças nas áreas de forma extremamente voraz e destruidora, o que induz a utilização de praguicidas quimicamente mais fortes, gerando-se assim, um círculo vicioso altamente maléfico ao ambiente e para o ser humano nele inserido. Este é o cenário generalizado, e que sempre será manifestado quando, de forma inadvertida, a ação antrópica retira a manta verdejante natural diversificada, para apor em seu lugar atividades monolíticas de cultivo.

Estas dificuldades tornam-se mais acentuadas, quando os ecossistemas agredidos desta forma são naturalmente fragilizados, como se trata do caso das áreas sob cerrados. Aí o equilíbrio se mantém face à sinergia que existe entre a vegetação natural, a fauna nativa, temperatura e regime pluviométrico.

Neste estudo objetiva-se fazer uma discussão sobre as fragilidades dos ecossistemas de cerrados e as prováveis implicações de sua utilização em cultivos intensivos em capital e agroquímicos em atividades agrícolas de monoculturas ou não diversificadas. Objetiva-se também apresentar indicadores de degradação e de pobreza nos municípios maranhenses situados no Pólo Sul, onde vem sendo incentivado e incrementado o cultivo da soja de forma intensiva no uso de capital na forma de maquinário pesado e de agroquímicos. Adicionalmente a pesquisa contempla uma análise da capacidade dessas áreas com monoculturas implantadas no Sul do Maranhão em reter a mão de obra diretamente envolvida com atividades agropastoris.

**Estudo parcialmente financiado pelo Instituto do Homem, ONG localizada em São Luís, Maranhão.*

***Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Economia Ambiental e dos Recursos Naturais pela Universidade da Califórnia, EUA; Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará; Professor Consultor da ASSEMA, ONG maranhense e do IGEPA, ONG cearense; Ex-Professor Visitante na Universidade da Califórnia, EUA de maio de 1994 a outubro de 1995.*

E-Mail: lemos@ufc.br ou joselemos@baydenet.com.br